

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.682 - AP (2019/0279050-3)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **ESTADO DO AMAPÁ**
PROCURADOR : **DIEGO BONILLA AGUIAR DO NASCIMENTO E OUTRO(S) - AP001533**
RECORRIDO : **MARILENE VILHENA DOS SANTOS**
ADVOGADO : **MAIRA DE OLIVEIRA FARIAS MACHADO E OUTRO(S) - AP003022**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado do Amapá, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local assim ementado (e-STJ, fl. 229):

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DIREITO À PERCEPÇÃO. PROVA PERICIAL. GRAU MÉDIO DEVIDO. TERMO INICIAL. PRECEDENTES STJ E REVISÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA 14 DO TJAP. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. 1) O adicional de insalubridade é direito reconhecido pela Constituição Federal e por lei infraconstitucional, sendo devido ao trabalhador que exerce suas atividades em áreas reconhecidamente insalubres. 2) Comprovado pela perícia que a servidora exerce suas atividades em ambiente insalubre, expostos ao grau médio, faz jus à percepção dos valores relativos ao adicional de insalubridade, aplicando-se, por analogia, a Lei n. 8.270/1991, que fixa os percentuais devidos, conforme o caso. 3) Diante da impossibilidade de presumir insalubridade em momento anterior à perícia, o pagamento do adicional de insalubridade tem como termo inicial a data do laudo pericial. Precedentes STJ e Súmula 14 TJAP, com redação dada após o julgamento do incidente de revisão. 4) Remessa oficial parcialmente provida e apelação prejudicada.

Embargos de declaração rejeitados.

Em suas razões, o recorrente sustenta ofensa ao art. 12 da Lei n. 8.270/1991, ao fundamento de que, "[...] para fins de consideração, o ente que remunera os servidores é o ESTADO DO AMAPÁ, e não a União, não fazendo jus por analogia à implementação do adicional de insalubridade em grau máximo. Na interpretação dessa norma, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já entendeu pela inaplicabilidade de norma federal a ente estadual ou municipal que venha a gerar despesa. Ou melhor, o Poder Judiciário não pode utilizar lei federal para fixar o percentual de adicional de insalubridade a ser percebido por servidor estadual, se na legislação estadual, não há previsão de tal percentual" (e-STJ, fl. 261).

Com contrarrazões.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Compulsando-se os autos, depreende-se que a questão foi decidida com base em fundamento constitucional, mais especificamente na garantia de direitos sociais (*ex vi*, art. 7º, XXIII, da CF/1988), de modo que o recurso especial se apresenta inviável quanto ao ponto, sob pena de se usurpar a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator